

Demonstrações Financeiras

Itapoá Terminais Portuários S.A.

31 de dezembro de 2018

Demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).
Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....6

Demonstrações do resultado.8

Demonstrações do resultado abrangente9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido10

Demonstrações dos fluxos de caixa11

Notas explicativas às demonstrações financeiras12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Itapoá Terminais Portuários S.A.
Itapoá (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itapoá Terminais Portuários S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Itapoá Terminais Portuários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

•Cláusulas restritivas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures – “covenants”

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 396.047 mil, líquido de seus custos de captação, que estão sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), as quais são baseadas, principalmente, em índices de cobertura do serviço da dívida e de alavancagem. O descumprimento de qualquer um desses *covenants* contidos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, o que poderia tornar exigíveis os pagamentos dos respectivos valores em aberto e, desta forma, impactando significativamente sua posição patrimonial, financeira e de liquidez. Pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos o monitoramento do cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria. As divulgações sobre as cláusulas restritivas estão incluídas na Nota 10 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) a leitura e entendimento detalhado dos termos dos *covenants* incluídos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures firmados junto às instituições financeiras; (ii) a confirmação junto aos advogados internos sobre a interpretação da Companhia sobre a determinação do cálculo para fins de cumprimento dos *covenants* com base nos termos dos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, assim como a obtenção de representação da administração sobre estes seus entendimentos. Dedicamos atenção específica à análise da Companhia em relação ao constante cumprimento dos *covenants*; (iii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo dos *covenants*, e a verificação do seu respectivo cumprimento em 31 de dezembro de 2018; e (v) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a medição dos índices contratuais estabelecidos nas cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o cálculo dos *covenants* preparado pela Administração é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

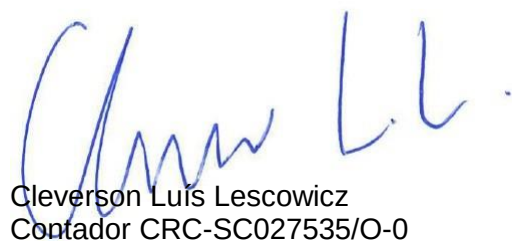
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 06 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cleverson Luis Lescowicz
Contador CRC-SC027535/O-0

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.534	33.335	9.535	33.336
Aplicações financeiras	5	30.201	76.334	30.471	76.597
Contas a receber	6	20.771	20.074	20.771	20.074
Impostos a recuperar		7.774	6.812	7.853	6.878
Estoques		4.536	2.609	4.536	2.609
Adiantamentos		4.199	1.082	4.199	1.083
Outras contas a receber		3.146	2.474	3.146	2.474
		80.161	142.720	80.511	143.051
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos diferidos ativos	7.2	50.999	59.836	50.999	59.836
Depósitos judiciais	12	12.513	2.081	12.513	2.081
Outras contas a receber		1.524	2.286	1.524	2.286
		65.036	64.203	65.036	64.203
Investimentos	8	345	330	-	-
Imobilizado	9	703.912	658.318	703.912	658.318
Intangível		13.567	4.164	13.567	4.164
		782.860	727.015	782.515	726.685
Total do ativo		863.021	869.735	863.026	869.736

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	102.959	86.158	102.959	86.158
Fornecedores	11	6.856	8.315	6.856	8.315
Obrigações fiscais		845	4.303	850	4.304
Obrigações trabalhistas e sociais		12.032	13.195	12.032	13.195
Contas a pagar sobre aquisições de imobilizado		548	1.912	548	1.912
Outras exigibilidades		526	561	526	561
		123.766	114.444	123.771	114.445
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	287.778	369.250	287.778	369.250
Contas a pagar sobre aquisições de imobilizado		290	801	290	801
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	12	13.311	3.598	13.311	3.598
		301.379	373.649	301.379	373.649
Patrimônio líquido					
Capital social	13	454.344	454.344	454.344	454.344
Prejuízos acumulados		(16.468)	(72.702)	(16.468)	(72.702)
Total do patrimônio líquido		437.876	381.642	437.876	381.642
Total do passivo e do patrimônio líquido		863.021	869.735	863.026	869.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	15	310.442	280.655	310.442	280.655
Custo dos serviços prestados	16.1	(146.167)	(124.460)	(146.167)	(124.460)
Lucro bruto		164.275	156.195	164.275	156.195
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	16.1	(7.983)	(7.120)	(7.983)	(7.120)
Gerais e administrativas	16.1	(35.744)	(38.926)	(35.746)	(38.927)
Equivalência patrimonial	8	15	(108)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	16.1	(11)	(7)	(11)	(7)
Lucro operacional		120.552	110.034	120.535	110.141
Despesas financeiras	16.2	(42.606)	(59.057)	(42.609)	(59.059)
Receitas financeiras	16.2	6.722	19.217	6.746	19.237
Lucro antes dos impostos		84.668	70.194	84.672	70.319
Imposto de renda e contribuição social corrente	7.1	(19.596)	(16.946)	(19.600)	(17.071)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.1	(8.838)	(6.998)	(8.838)	(6.998)
Lucro líquido do exercício		56.234	46.250	56.234	46.250
Lucro líquido por ação - em R\$		0,36	0,30		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	56.234	46.250	56.234	46.250
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	56.234	46.250	56.234	46.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016	454.344	(118.952)	335.392
Lucro líquido do exercício	-	46.250	46.250
Em 31 de dezembro de 2017	454.344	(72.702)	381.642
Lucro líquido do exercício	-	56.234	56.234
Em 31 de dezembro de 2018	454.344	(16.468)	437.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	84.668	70.194	84.672	70.319
Ajuste de itens de resultado sem desembolso de caixa:				
Depreciação e amortização	39.234	36.358	39.234	36.358
Baixa de imobilizado	1.320	369	1.320	369
Receita de aplicação financeira	(5.480)	(18.039)	(5.494)	(18.058)
Juros e atualizações provisionados e custos com captação de empréstimos	40.056	56.946	40.056	56.946
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	129	134	129	134
Provisão para litígios	9.713	2.621	9.713	2.621
(Ganho) na equivalência patrimonial	(15)	108	-	-
Ajustes de capital de giro:				
(Aumento) redução de contas a receber	(826)	(4.275)	(826)	(4.275)
Aumento dos impostos a recuperar	(962)	(2.396)	(975)	(2.400)
Aumento de outros ativos	(15.386)	(4.907)	(15.385)	(4.907)
(Redução) de fornecedores	(3.334)	1.062	(3.334)	1.062
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e tributárias	(4.621)	4.227	(4.617)	4.228
Aumento de outros passivos	(36)	248	(36)	368
Impostos sobre a renda pagos	(19.596)	(16.946)	(19.600)	(17.071)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	124.864	125.704	124.857	125.694
Atividades de investimento				
Capitalização de juros	(7.874)	(19.513)	(7.874)	(19.513)
Adições aos investimentos	-	379	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	(79.803)	(102.354)	(79.803)	(102.354)
Resgates de aplicações financeiras	51.613	191.789	51.620	192.154
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(36.064)	70.301	(36.057)	70.330
Atividades de financiamento				
Captação de financiamento	10.000	-	10.000	-
Pagamento de financiamento	(67.034)	(68.201)	(67.034)	(68.201)
Juros pagos	(55.567)	(95.643)	(55.567)	(95.662)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(112.601)	(163.844)	(112.601)	(163.863)
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(23.801)	32.161	(23.801)	32.161
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.335	1.174	33.336	1.175
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.534	33.335	9.535	33.336
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(23.801)	32.161	(23.801)	32.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Itapoá Terminais Portuários S.A. (“Companhia”), tem sede na Av. Beira Mar 5, 2.900 no município de Itapoá - SC e foi constituída em 16 de julho de 1996, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia tem como objeto social a construção, melhorias e ampliação da exploração da atividade portuária, sendo um terminal de uso privado - TUP, devidamente autorizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República, nos termos do artigo 2º inciso IV c/c artigo 8º da Lei Federal nº 12.815/13, atuando também na condição de operador portuário e todas as atividades correlatas atinentes à citada exploração portuária, ao agenciamento de frete marítimo, engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista.

A finalização das obras e início das operações do porto ocorreu em junho de 2011, totalmente custeado por aportes de capital e por meio de captação de financiamento.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessárias para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário.

Em outubro de 2015 a Companhia obteve a LAP (Licença Ambiental Prévia), em março de 2016 a LAI (Licença Ambiental de Instalação), em maio de 2016 a DUP (Decreto de Utilidade Pública), e em setembro de 2016 a Licença para Supressão Vegetal, autorizando o início das obras da Etapa A da Fase II de expansão do Porto, o que permitiu o aumento da capacidade operacional atual de 500 mil TEUs/ano para 1,2 milhões TEUs/ano.

Em novembro de 2017 foram entregues 60.000 m² de área para pátio de contêineres, cumprindo-se uma etapa intermediária prevista no contrato de ampliação assinado e executado pela construtora Piacentini Tecenge. A nova área teve autorização para operar em 02 de março de 2018, emitida pela ANTAQ (TLO nº 3/2018/SOG). A segunda fase da etapa A da expansão foi entregue em setembro de 2018 e contempla 170 metros adicionais de cais e 40.000 m² de pátio de contêineres.

A primeira fase da etapa B iniciou em dezembro de 2018 e contempla, inicialmente, o aterro de sobrecarga de 25.000 M2 com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2019. Fases adicionais à esta etapa ocorrerão subsequentemente.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.1 Investimento em controlada

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia possui 100% de participação sobre a Companhia Porto Itapoá Logística S.A., que foi constituída em 28 de março de 2014 com capital inicial de R\$ 100. A controlada iniciou suas atividades em outubro de 2014. O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme às da Companhia.

A partir de outubro de 2016, a Administração optou em migrar as atividades desenvolvidas pela referida controlada para a sua controladora. O objetivo deste movimento é obter eficiência administrativa na operação, uma vez que possui sinergia negocial. A controlada continuará ativa juridicamente para atendimento de eventuais outros projetos da Companhia.

1.2 Eventos Subsequentes

• Nova estrutura de financiamento:

Em 10 de Janeiro de 2019 foram assinados os novos contratos de empréstimo da Companhia, compostos por um contrato bilateral de R\$ 150 milhões com IDB e uma escritura de emissão pública de debêntures de R\$ 300 milhões, perfazendo o montante total de R\$ 450 milhões. Considerando a continuidade do projeto de expansão do terminal, com intuito de adequar a estrutura de capital da Companhia, substituindo a atual estrutura de dívidas constante em 31.12.2018.

A reestruturação de capital é um projeto estratégico da Companhia que se iniciou em março de 2017. Sua implementação possibilitará o suplemento financeiro para as fases de expansão futuras, além de adequar o custo financeiro dos financiamento e pacote de garantias à nova realidade de crédito, uma vez que o rating corporativo subiu 7 *notches* desde a 1ª emissão pública de debêntures. A partir desses novos contratos, os Acionistas da Companhia não mais prestarão fiança/aval aos endividamentos desta.

Os recursos líquidos serão utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures existentes, que foram destinados a investimentos na construção e expansão do pátio e cais existentes e na aquisição de equipamentos para aumentar a capacidade operacional da Companhia e capacitá-la para suportar movimentação anual de 1,2 milhão de TEUs, além de reforçar a posição de capital de giro.

As Debêntures têm taxa indexada ao DI + spread de 3,35% e prazo de 8 anos, sendo um ano de carência apenas para principal

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

1.2 Eventos Subsequentes—Continuação

• Nova estrutura de financiamento:--Continuação

A emissão ocorreu em 15 de janeiro de 2019 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de janeiro de 2020, em 15 parcelas, com vencimento final em 15 de janeiro de 2027. O Agente Fiduciário nomeado é Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O contrato de empréstimo (Loan Agreement) entre a Companhia (Emitente) e Inter-American Investimet Corporation (IDB) no valor total de R\$ 150 milhões, tem taxa indexada ao DI + spread de 3,50% e prazo de 11 anos, sendo dois anos de carência apenas para principal. Os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de janeiro de 2021, em 19 parcelas, com vencimento final em 15 de janeiro de 2030.

Ambos os financiamentos compartilham um pacote de garantias na proporção do seu respectivo saldo devedor, o qual é composto por: Alienação Fiduciária do Imóvel, Alienação Fiduciária das Ações, Alienação Fiduciária dos Equipamentos e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Custos com a captação dos empréstimos foram registrados à rubrica de empréstimos e financiamentos, em conta redutora e referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de estruturação das debêntures, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

No dia 27 de fevereiro de 2019 ocorreu o ingresso do valor da nova dívida no caixa da Companhia. Em 1º de março de 2019 ocorreu o pré-pagamento da dívida atual.

• Redução de Capital para absorção de prejuízos acumulados:

Em 18 de fevereiro de 2019 a Companhia efetuou a redução do capital social, no valor de R\$ 72.701 com absorção de prejuízos acumulados com o objetivo preparar a Companhia para potencial distribuição de dividendos aos seus acionistas. O número de ações e percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia permanece inalterado. Considerando a redução de capital social aprovado na 35ª Assembleia Geral Extraordinária, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 381.643

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais da controladora atendem ainda às disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07.

A autorização para conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 06 de março de 2019.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.2. Base de preparação e apresentação--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.3. Bases de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Companhia detinha a seguinte participação societária direta em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Investida	Tipo	País (sede)	Atividade principal	Percentual de participação	
				2018	2017
Porto Itapoá Logística	Controlada integral	Brasil	Serviços Logísticos	100%	100%

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.4. Bases de consolidação--Continuação

A participação societária em sociedade controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Não há investimentos em sociedades de controle conjunto.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme às da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia na sua controlada.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida à medida que a movimentação dos contêineres é efetuada ou à medida que o tempo de armazenagem transcorre. Quando há incerteza com relação à mensuração dos serviços ou à materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um exercício de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é registrado no resultado quando incorrido.

2.7. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no Brasil, em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.7. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social – correntes--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.7. Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/contribuição		Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00

Em setembro de 2017 foi sancionada a lei que aumenta a alíquota de ISS para 5% a partir de janeiro de 2018 (3% em 2017).

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de “valor justo por meio do resultado”, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, que são: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

2.8.1. Ativos financeiros: os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber exceto quanto ao caixa e equivalentes e às aplicações financeiras, que são avaliados a valor justo através do resultado, os demais ativos financeiros estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, representando ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos perda por redução ao valor recuperável. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.8.2. Passivos financeiros: os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, impostos, salários e encargos sociais a recolher e outras contas a pagar.

São classificados como “empréstimos e financiamento”, pois incluem passivos financeiros não derivativos e que não são usualmente negociados antes do seu vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas com juros, atualização monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

2.8.3. Classificação entre circulante e não circulante: instrumentos financeiros são classificados como circulante ou não circulante com base na análise do fluxo de caixa contratado. É segregada como não circulante a parcela do instrumento financeiro cujo fluxo de caixa excede o exercício de 12 meses da data do balanço.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis—Continuação

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.10. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis: edificações de 30 anos, equipamentos de operação de 10 a 15 anos e outros de 5 a 10 anos. O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.11. Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A Companhia não tem ativos gerados internamente.

2.13. Estoques

Compostos por combustível, peças e materiais para manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa estão registradas por valores equivalentes ao valor justo na data do encerramento do exercício.

2.16. Provisão para litígios

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento e investimento, respectivamente.

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018 e Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2018. A administração da Companhia avaliou tais normas e concluiu que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, todavia podem requerer divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas, quando aplicável.

A administração revisou as normas e interpretações emitidas e consideradas relevantes em relação à Companhia, a saber:

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018 e Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018--Continuação

• CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15):

A partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) resultou em um novo padrão de Receitas de Contrato com cliente, que prevê a contabilização específica de receitas provenientes de contratos de venda de bens ou prestação de serviços, convergindo com a norma internacional IFRS 15, substituindo o atual CPC 30 (Receitas).

A principal alteração trata sobre o reconhecimento da receita somente quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente. Também traz critérios abrangentes e bem delimitados para o reconhecimento de receita ao longo do tempo: quando o controle sobre a obrigação de desempenho passa para o cliente de forma progressiva, incluindo medição do progresso, reconhecimento de receita de licenças e a divulgação sobre contratos com clientes.

Um contrato com diversas promessas para a transferência de bens ou serviços (obrigações de desempenho) deverá ser discriminado, e cada promessa terá de ser reconhecida separadamente no momento em que o controle sobre ela é passado ao cliente, com o objetivo de conferir maior transparência às transações de venda para o usuário das demonstrações financeiras.

Assim, a Companhia entende que o reconhecimento da receita para a prestação dos serviços é efetuado no momento em que a mesma é repassada ao cliente e inclusive há provisão de receita para os serviços que ocorrem até o último dia do mês, mas que não são fiscalmente faturados e também por não haver venda combinada de produtos e serviços, nem mesmo contratos de construção, não há efeitos relevantes com o advento da nova norma contábil.

Assim, a Administração entende não há como reconhecer serviços de forma individualizada e que os serviços não são independentes para faturamento, já que os mesmos só podem ser considerados como finalizado quando todo o processo também o é. Desta forma, o serviço só pode ser mensurado ao final de todos os eventos ocorridos e a obrigação é desempenhada quando todas as etapas estiverem finalizadas.

Não há impactos relevantes que influenciem de forma significativa as demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas e premissas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018 e Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018--Continuação

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9):

O CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) trata do reconhecimento e divulgação de instrumentos financeiros, tendo aplicação relevante em empresas financeiras, bancos e seguradoras, com impactos principalmente na provisão para perdas dos créditos (redução ao valor recuperável de ativos) e como elas registram possíveis perdas.

Pelo fato da Companhia ter grande parte de sua exposição no passivo – empréstimos e financiamentos, e estes estarem atualizados ao mercado pelas taxas de juros e também por não operar com derivativos complexos, não há impactos que possam influenciar de forma significativa as demonstrações financeiras. Ainda, a Companhia possui em seu contas a receber uma análise de provisão para créditos de liquidação duvidosa baseada no aging-list, que apesar de não ocorrer no ato da venda (com base em perda esperada) não espera ter ajustes relevantes. A perda histórica e esperada neste instrumento financeiro é baixa, assim, não há impactos relevantes que influenciem de forma significativa as demonstrações financeiras.

- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16):

A nova norma exigirá, a partir de 1º de janeiro de 2019, que os contratos de arrendamento mercantil “*leasing*” sejam reconhecidos no balanço patrimonial como um direito (ativo) em contrapartida à uma obrigação (passivo) tendo o reconhecimento dos juros relacionados, bem como a respectiva depreciação do bem lançados ao resultado.

Todos os contratos de arrendamento da Companhia têm característica financeira e são, basicamente, constituídos por equipamentos de informática como servidores.

A Companhia já efetua o registro de seus contratos de arrendamento da forma preconizada pela nova norma, assim, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo fiscal diferido foi reconhecido com base nos prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. O valor reconhecido sobre prejuízos fiscais foi registrado com base em plano de negócios preparado pela Administração que demonstra sua recuperação nos próximos quatro anos.

(ii) A determinação da vida útil dos ativos imobilizados

A determinação da vida útil dos ativos imobilizados é revista no encerramento de cada exercício, e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso. Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada. Este custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisam ser substituídas em intervalos, a Companhia deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

(iii) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados

A companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável dos ativos com base em plano de negócios preparado pela Administração, utilizando de fluxo de caixa com base em 10 anos. O valor recuperável dos ativos são superiores ao seu valor contábil registrado.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(iv) Identificação e valorização da provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Reconhecimento de receita de contrato com cliente

A Companhia entende que o reconhecimento da receita para a prestação dos serviços é efetuado no momento em que a mesma é repassada ao cliente e inclusive há provisão de receita para os serviços que ocorrem até o último dia do mês, mas que não são fiscalmente faturados.

A Administração entende que o serviço só pode ser mensurado ao final de todos os eventos ocorridos e a obrigação é desempenhada quando todas as etapas estiverem finalizadas.

(vi) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos

As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros registrados no balanço utilizam técnicas de valorização baseadas em cotações de mercado (Nível 1).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	29	10	29	10
Banco conta movimento	1.229	2.399	1.230	2.400
Depósitos a curto prazo	8.276	30.926	8.276	30.926
	9.534	33.335	9.535	33.336

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Banco do Brasil	6.797	4.936	7.067	5.199
Santander	10.729	31.107	10.729	31.107
Votorantim	12.675	40.291	12.675	40.291
	30.201	76.334	30.471	76.597

Os investimentos possuem remuneração atrelada à taxa CDI. As aplicações financeiras são conversíveis em montante conhecido de caixa e são resgatáveis em prazo inferior a um ano da data das respectivas operações.

6. Contas e receber

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registra os valores a receber de clientes relativo às atividades de prestação de serviços portuários, de movimentação de cargas e armazenagem, conforme abertura abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Duplicatas a receber - mercado interno	7.580	9.932	7.580	9.932
Duplicatas a receber - mercado externo	13.467	10.289	13.467	10.289
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(276)	(147)	(276)	(147)
	20.771	20.074	20.771	20.074

A Companhia pratica prazo médio de recebimento inferior a trinta dias e avalia mensalmente os saldos de clientes inadimplentes, sendo que para aqueles cuja perspectiva de realização é duvidosa constitui provisão para perdas, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 276 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(147)	(13)	(147)	(13)
Adições/reversões	(129)	(134)	(129)	(134)
Saldo no final do exercício	(276)	(147)	(276)	(147)

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos sobre a renda

7.1. Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	84.668	70.194	84.672	70.319
Impostos à alíquota nominal de 34%	(28.787)	(23.866)	(28.788)	(23.908)
Diferenças permanentes	353	(78)	350	(161)
Impostos registrados no resultado	(28.434)	(23.944)	(28.438)	(24.069)
Correntes	(19.596)	(16.946)	(19.600)	(17.071)
Diferidos	(8.838)	(6.998)	(8.838)	(6.998)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%

7.2. Impostos diferidos ativos

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, que trata de tributos sobre o lucro, e tem por base prejuízos fiscais e base negativa, além de diferenças temporárias, compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal e base negativa	59.836	66.833	59.836	66.959
Realização de prejuízo fiscal	(9.237)	(7.289)	(9.237)	(7.289)
Outras diferenças temporárias	400	292	400	291
Baixa de IR/CS diferidos	-	-	-	(125)
Total de imposto diferido ativo	50.999	59.836	50.999	59.836

A Administração prevê que os impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias sobre a baixa do ativo diferido (despesas pré-operacionais) serão realizados na proporção da amortização fiscal permitida (5 anos). Os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais foram registrados com base em plano de negócios preparado pela Administração que demonstra sua recuperação nos próximos quatro anos conforme segue:

Realização dos tributos diferido	2019	2020	2021	2022
Realização de prejuízo fiscal	7.988	11.007	15.835	24.085

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

O investimento da Companhia em controlada está demonstrado como segue:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Investimento
Porto Itapoá Logística S.A.	100	345	15	100%	15	345
					15	330

9. Imobilizado (controladora e consolidado)

	Taxa média anual de depreciação 2018	Custo	Depreciação	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Terrenos	-	30.294	-	30.294	29.716
Edificações	4%	580.192	(96.563)	483.629	296.853
Equipamentos de operação	10%	251.646	(96.013)	155.633	172.377
Outros	10%	15.420	(10.754)	4.666	4.007
Imobilizado em andamento	-	29.690	-	29.690	155.365
Total imobilizado		907.242	(203.330)	703.912	658.318

	Terrenos	Edificações	Equipamentos de operação	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016	28.286	309.617	192.132	3.632	19.847	553.514
Adições	1.595	259	1.767	996	121.895	126.512
Baixas	-	(59)	(218)	(13)	(79)	(369)
Transferências	(165)	-	-	640	(475)	-
Depreciação	-	(12.964)	(21.304)	(1.248)	-	(35.516)
Juros capitalizados	-	-	-	-	14.177	14.177
Em 31 de dezembro 2017	29.716	296.853	172.377	4.007	155.365	658.318
Adições	855	134	3.440	1.743	72.074	78.246
Baixas	(277)	(1)	(804)	(24)	(214)	(1.320)
Transferências	-	203.105	1.085	129	(204.319)	-
Depreciação	-	(16.462)	(20.465)	(1.189)	-	(38.116)
Juros capitalizados	-	-	-	-	6.784	6.784
Em 31 de dezembro de 2018	30.294	483.629	155.633	4.666	29.690	703.912

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado (controladora e consolidado)--Continuação

Os bens da Companhia, em sua maioria, estão alienados fiduciariamente à 1ª e a 2ª Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures), assinadas em 29 de abril de 2013 e 01 de julho de 2016, respectivamente.

Imobilizado em andamento

Basicamente composto pelos gastos de execução da Etapa A da Fase II do processo de expansão do porto. Contempla o aumento de 100 mil m² do pátio até agosto de 2018, aumentando a capacidade do terminal de 500 mil para 1,2 milhões de TEUS/ano, ampliação da área reefer, com novas plataformas com 1.500 tomadas adicionais, e o aumento de 170 metros do cais, passando dos atuais 630 metros para 800 metros.

Dentro do projeto também estão previstos investimentos com atividades sócio ambientais e comunicação das mesmas, supressão vegetal, compensação ambiental, taxas diversas, estudos de impactos ambientais, assessorias jurídicas, gerenciamento de obras, obtenção de licenças de sistemas operacionais condicionadas ao aumento da movimentação de cargas e adequação de refeitório e vestiários. O investimento total para a Etapa A da expansão do terminal foi previsto em aproximadamente R\$ 330 milhões. O projeto finalizou e os gastos foram imobilizados e começaram a depreciar a partir de setembro de 2018. O total de juros capitalizados da expansão montam em R\$ 27.387 (19.513 em 31 de dezembro de 2017) e foram alocados ao ativo imobilizado.

O valor de R\$ 24.448 permanece como imobilizado em andamento referente a supressão vegetal e gastos sócio ambientais e serão imobilizados quando da finalização das demais etapas de expansão que continuam em andamento.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controlada		Consolidado	
	Encargos	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Debêntures – 1ª emissão:</u>						
Banco do Brasil	Nominal: 3,6% a.a.+100% DI	mai/23	120.604	147.526	120.604	147.526
Banco Votorantim	Nominal: 3,6% a.a.+100% DI	mai/23	120.604	147.526	120.604	147.526
Custos com a captação			(3.770)	(4.641)	(3.770)	(4.641)
<u>CCB - Cédulas de Crédito</u>						
<u>Bancário</u>						
Banco ABC:	Nominal: 3,6% a.a.+100% DI	jul/18	-	226	-	226
Banco ABC 2ª:	Nominal: 3,1% a.a.+100% DI	jan/21	10.139	-	10.139	-
<u>ECA - Export Credit Agency:</u>						
Banco Santander	Nominal: 2,5% a.a. + Libor	out/23	70.374	83.717	70.374	83.717
Custo captação Santander			(6.894)	(8.174)	(6.894)	(8.174)
<u>Debêntures – 2ª emissão</u>						
Banco do Brasil	Nominal: 4,65% a.a + 100% DI	jul/21	42.232	47.541	42.232	47.541
	Nominal: 4,80% a.a + 100% DI	jul/23				
Banco Votorantim	Nominal: 4,65% a.a + 100% DI	jul/21	42.232	47.541	42.232	47.541
	Nominal: 4,80% a.a + 100% DI	jul/23				
Custos com a captação			(4.784)	(5.854)	(4.784)	(5.854)
Total dos empréstimos			390.737	455.408	390.737	455.408
Passivo circulante			102.959	86.158	102.959	86.158
Passivo não circulante			287.778	369.250	287.778	369.250

Vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	<u>2018</u>
2019	106.920
2020	88.420
2021-2024	210.845
Total	406.185
Custos	(15.448)
Total	390.737

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(i) Debêntures - 1º emissão

Em 29 de abril de 2013 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e as instituições bancárias BB - Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. (Credores), na proporção de 50% para cada credor, no valor total de R\$ 450 milhões, com taxa indexada ao DI + spread de 3,60% e prazo de 10 anos, sendo dois anos de carência apenas para principal. A emissão ocorreu em 13 de maio de 2013 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização do principal teve início em 13 de maio de 2015, pelo sistema SAC em 17 parcelas, com vencimento final em 13 de maio de 2023. O Agente Fiduciário nomeado é Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Os recursos captados através da 1ª Emissão de Debêntures foram utilizados integralmente para liquidação antecipada da CCB (Cédula de Crédito Bancário) nº 6.348, emitida em junho de 2009, estruturada pelo BVA S.A. e adquirida posteriormente pelas Fundações FUNCEF e PETROS.

Foram pagos durante o ano de 2018 os montantes de R\$ 52.920 e R\$ 27.988 à título de principal e juros, respectivamente.

Custos com a captação

Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de estruturação das Debêntures, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Garantias e covenants

As medições dos covenants são efetuadas semestralmente.

O contrato está garantido pelas ações da Companhia, seus equipamentos operacionais, recebíveis, fiança não-solidária dos Acionistas e terreno do Porto (matrícula 25.656), além do contrato de suporte dos Acionistas que prevê aportes de capital caso os índices abaixo não sejam atendidos:

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(i) Debêntures - 1º emissão--Continuação

Garantias e covenants--Continuação

- a) ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida: maior a 1,20 a partir de dezembro de 2013;
- b) Índice da dívida líquida sobre capital social: igual ou inferior a 4,00 a partir de 30 de junho de 2015;
- c) Índice da dívida líquida sobre EBITDA: no máximo igual a 4,00 a partir de 30 de junho de 2016.

(ii) CCB - Cédulas de Crédito Bancário

A Companhia possui duas dívidas através de emissão de CCBs com o Banco ABC.

Em 15 de julho de 2015 foi assinada a célula de crédito bancário N.º 3774615 com o Banco ABC Brasil S.A. na importância de R\$ 800, a uma taxa CDI + 3,6% a.a., com prazo total de 3 anos, sendo 1 ano de carência, amortização SAC em 25 parcelas mensais, com vencimento em 16 de julho de 2018. Os recursos foram captados para financiamento do alarme perimetral adquirido junto ao fornecedor Trade Automação & Controles Ltda.

Em 09 de fevereiro de 2018 foi assinada a célula de crédito bancário N.º 4779418 com o Banco ABC Brasil S.A. na importância de R\$ 10.000, a uma taxa CDI + 3,1% a.a., com prazo total de 3 anos, sendo 2 anos de carência, amortização SAC em 12 parcelas semestrais, com vencimento em 26 de janeiro de 2021. Os recursos foram captados para substituição do ERP da Companhia para o SAP.

(iii) ECA - Export Credit Agency

Em 25 de novembro de 2015 foi assinado o contrato de empréstimo com o Banco Santander ("Facility Agreement" ou "FA") com garantia de 95% pela agência exportadora de crédito (ECA, em inglês) chinesa SINOSURE no valor total de US\$ 24.527, a uma taxa Libor + 2,5% a.a., com prazo total de 9 anos, sendo 1 ano de carência para principal, amortização SAC em 16 parcelas semestrais, com vencimento em 14 de outubro de 2024. Os recursos foram captados para financiamento dos novos equipamentos operacionais adquiridos pela Companhia junto ao fornecedor ZPMC, os quais compõem a Etapa A da Fase II de expansão do Porto.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(iii) ECA - Export Credit Agency--Continuação

Após o cumprimento de todas as condições precedentes, o primeiro desembolso no valor de US\$ 2.886 ocorreu em 30 de dezembro de 2015, ato subsequente foi contratada operação de swap para Reais (R\$) a CDI + 1,51% a.a. em 4 de janeiro de 2016. O segundo desembolso, no valor de US\$ 14.428, ocorreu em 8 de janeiro de 2016, com swap na mesma data para Reais (R\$) a uma taxa de CDI + 1,83% a.a.. O terceiro desembolso, no valor de US\$ 5.771, ocorreu em 15 de abril de 2016, com swap para Reais (R\$) contratado em 23 de março de 2016 (janela de oportunidade cambial) para início em 11 de abril de 2016, que representava naquele momento a melhor expectativa de desembolso. A operação foi fechada a uma taxa CDI + 1,35% e ptax de R\$ 3,79. O quarto e último desembolso, no valor de US\$ 1.443, ocorreu em 30 de setembro de 2016, com swap na mesma data para Reais (R\$) a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e ptax de R\$ 3,268.

Todas as operações de swap, que totalizam R\$ 96.789 foram fechadas para o prazo total da dívida com o Banco Santander. Dessa forma, a Companhia já executou 100% do valor do contrato com preço médio de CDI + 1,67 % a.a.

Os valores totais de US\$ 21.642 acumulados nos nove primeiros meses de 2016 foram liquidados diretamente ao fornecedor dos equipamentos, sem efeito de caixa na Demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

Custos com a captação

Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para a captação, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, seguros, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Garantias e covenants

As medições dos covenants são efetuadas semestralmente.

Foram pactuados o penhor dos bens em favor do Banco Santander e adicionalmente, a Companhia contratou uma apólice de seguro para cobertura de risco político e comercial com a ECA (Export Credit Agency) chinesa SINOSURE, para 95% do valor do empréstimo. A administração das obrigações do contrato ficará a cargo do Santander Brasil. Adicionalmente a Companhia tem a obrigação de cumprimento de determinados *covenants* financeiros, a saber:

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(iii) ECA - Export Credit Agency--Continuação

Garantias e covenants--Continuação

- a) ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida: maior a 1,20 a partir de 31 de dezembro de 2015;
- b) Índice da dívida líquida sobre capital social: igual ou inferior a 4,00 a partir de 31 de dezembro de 2015;
- c) Índice da dívida líquida sobre EBITDA: igual ou inferior a 4,00 a partir de 30 de junho de 2016.

(iv) Debêntures – 2ª emissão

Em 01 de julho de 2016 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da segunda emissão (2ª emissão de Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e as instituições bancárias BB - Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. (Credores), na proporção de 50% para cada credor, no valor total de R\$90 milhões, em duas séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 25 milhões, com taxa indexada ao DI + spread de 4,65% e prazo de 5 (cinco) anos e a 2ª emissão no valor de R\$ 65 milhões, com taxa indexada ao DI + spread de 4,80% e prazo de 7 (sete) anos. Sendo 2 (dois) anos de carência para principal de ambas as séries. Os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que o pagamento de principal terá início em 20 de julho de 2018, pelo sistema SAC. O Agente Fiduciário nomeado é Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 2ª emissão de Debêntures serão integralmente utilizados na Etapa A da Fase II para a expansão de infraestrutura e superestrutura do projeto portuário desenvolvido pela Companhia, permitindo o aumento da movimentação portuária para até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) TEUS por ano.

Foram pagos durante o ano de 2018 o montante de R\$ 20.184 à título de juros.

Custos com a captação

Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de estruturação das Debêntures, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(iv) Debêntures – 2ª emissão--Continuação

Garantias e covenants

As medições dos covenants são efetuadas semestralmente. Compartilha das garantias da 1ª emissão, as quais são as ações da Companhia, seus equipamentos operacionais, recebíveis, fiança não-solidária dos Acionistas e terreno do Porto (matrícula 25.656). Adicionalmente, a Companhia tem a obrigação de cumprimento de determinados *covenants* financeiros, a saber:

- a) ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida: igual ou superior a 1,0 em 2016 e igual ou superior a 1,20 a partir de 2017;
- b) Índice da dívida líquida sobre capital social: inferior a 3,0 a partir de 30 de junho de 2016;
- c) Índice da dívida líquida sobre EBITDA: inferior a 4,0 a partir de 30 de junho de 2016.

Mapa de movimentação dos empréstimos

Em 31 de dezembro 2017	455.408
Juros e atualizações provisionados e custos com captação de empréstimos	40.056
Pagamento de financiamento	(67.034)
Juros pagos	(55.567)
Juros capitalizados	7.874
Captação de financiamento	10.000
Em 31 de dezembro de 2018	390.737

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	6.856	6.795	6.856	6.795
Fornecedores estrangeiros	-	1.520	-	1.520
Total de fornecedores	6.856	8.315	6.856	8.315

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária em andamento, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos. As movimentações das provisões e dos respectivos saldos são compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para riscos	
	2018	2017	2018	2017
Previdenciário/ Cível	3.133	1.623	3.126	1.616
Trabalhistas	1.145	458	1.950	1.982
Tributários	8.235	-	8.235	-
	12.513	2.081	13.311	3.598

A movimentação da provisão para riscos pode ser resumida como segue:

	Consolidado			
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Previdenciário/ Cível	1.616	1.510	-	3.126
Trabalhistas	1.982	190	(222)	1.950
Tributários	-	8.235	-	8.235
	3.598	9.935	(222)	13.311

A Companhia discute junto ao município de Itapoá, o aumento da alíquota de ISSQN sobre a prestação de serviço portuários. Com base na nova legislação tributária municipal, a alíquota de ISSQN em vigor é de 5%, configurando um aumento de 60% se comparado a alíquota anterior, de 3%. A Companhia discute judicialmente o aumento na alíquota, entretanto, deposita judicialmente a diferença e realiza a constituição de provisão para contingências tributárias.

Para as demais causas, substancialmente trabalhistas e cíveis, em que é possível o desembolso de caixa, os valores individuais variam entre R\$1 a R\$1.136, totalizando o montante de R\$13.183 (R\$ 11.359 em 31 de dezembro de 2017). Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas e que ao menos uma vez ao ano, a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social monta R\$ 454.344 (R\$ 454.344 em 31 de dezembro de 2017) representado por 154.183.309 ações ordinárias (154.183.309 em 2017), sem valor nominal, totalmente integralizadas. O capital social está assim distribuído:

Capital social	2018	2017
Portinvest Participações S.A. ("Portinvest")	318.041	318.041
Aliança Administração de Imóveis e Participações Ltda. (Aliança)	136.303	136.303
Capital integralizado	454.344	454.344

14. Partes relacionadas

14.1. Identificação das partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia basicamente referem-se aos acionistas e seus controladores, conforme abaixo:

Acionista da Itapoá	Controladores do acionista
Portinvest Participações S.A.	Portosul Participações S.A. Logz Logística Brasil S.A.
Aliança Adm. de Imóveis e Particip. Ltda.	Aliança Navegação e Logística Ltda. Hamburg Süd Brasil Ltda.

14.2. Saldos e transações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia prestou serviços de atividade portuária para o Grupo Hamburg Süd (dos quais R\$ 6.072 permanecem a receber).

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

14.3. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia é composta por sete conselheiros, três diretores e um diretor-presidente. A título de remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria, a Companhia registrou o montante de R\$ 3.870 por seus serviços durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.741 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018 o valor total provisionado para a participação de resultados da pessoal chave da Administração é de R\$ 3.065, registrado à rubrica de Obrigações trabalhistas e sociais. A Companhia não concede benefícios de longo prazo a seus Administradores.

15. Receita operacional líquida

Receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de serviços	350.643	309.991	350.643	309.991
(-) Impostos sobre vendas	(40.201)	(29.336)	(40.201)	(29.336)
Receita líquida	310.442	280.655	310.442	280.655

16. Outras informações sobre receitas e despesas

16.1. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos serviços prestados	(146.167)	(124.460)	(146.167)	(124.460)
Despesas comerciais	(7.983)	(7.120)	(7.983)	(7.120)
Gerais e administrativas	(35.744)	(38.926)	(35.746)	(38.927)
Outras receitas operacionais	(11)	(7)	(11)	(6)
Total	(189.905)	(170.513)	(189.907)	(170.513)

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras informações sobre receitas e despesas--Continuação

16.1. Despesas por natureza--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	(69.752)	(65.606)	(69.752)	(65.606)
Depreciação e amortização	(39.234)	(36.358)	(39.234)	(36.358)
Serviços de terceiros	(23.109)	(26.736)	(23.109)	(26.736)
Material de uso e consumo	(12.163)	(8.713)	(12.163)	(8.713)
Despesas e receitas gerais e manutenção	(13.914)	(9.268)	(13.914)	(9.268)
Honorários da administração	(6.934)	(4.569)	(6.934)	(4.569)
Despesas com infraestrutura, seguro e viagens	(7.301)	(6.306)	(7.302)	(6.306)
Provisão para contingências	(1.700)	(1.798)	(1.700)	(1.798)
Despesas com energia elétrica	(15.798)	(11.159)	(15.799)	(11.159)
Total	(189.905)	(170.513)	(189.907)	(170.513)

16.2. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicação financeira	5.480	18.039	5.494	18.058
Juros recebidos	279	204	279	204
Outros	963	974	973	975
	6.722	19.217	6.746	19.237
Despesas financeiras:				
Juros incorridos	(40.056)	(56.946)	(40.056)	(56.946)
Variação cambial	(432)	(115)	(432)	(115)
Outros	(2.118)	(1.996)	(2.121)	(1.998)
	(42.606)	(59.057)	(42.609)	(59.059)
Resultado financeiro líquido	(35.884)	(39.840)	(35.863)	(39.822)

17. Instrumentos financeiros

As operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com os respectivos contratos celebrados entre as partes. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários livres para movimentação e registrados por valor de mercado. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Aplicações financeiras

São representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata e registradas por valor equivalente ao seu valor de mercado, entretanto, não necessariamente possuem cláusulas compromissadas. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto o valor contábil se aproxima do valor justo.

Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo. Os valores a pagar ao mercado externo estão sujeitos aos efeitos das flutuações nas taxas de câmbio da moeda estrangeira.

Empréstimos

Conforme descrito na Nota Explicativa 9, os passivos financeiros da Companhia estão apresentados pelos valores contratados adicionados dos correspondentes juros efetivos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. O empréstimo foi contratado à taxa variável, de forma que seu valor justo não está exposto às flutuações da taxa de juros de mercado, de forma que o valor justo se aproxima ao valor das debêntures, sem considerar os custos de captação.

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros foi prover os recursos para a construção das instalações e para a operação da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Instrumentos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 afetados pelo risco de mercado são as contas a pagar de imobilizado e aplicações (afetados pelo risco da taxa de juros).

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O quadro a seguir demonstra o grau de sensibilidade dos principais instrumentos da Companhia ao risco de taxa de juros, considerando como cenário provável as taxas praticadas em 31 de dezembro de 2018 e cenários de redução e aumento das taxas em 25% e 50% (efeitos para um exercício):

Risco	Cenários				
	-50%	-25%	Atual	25%	50%
Aplicações					
Contas a pagar (*)					
Empréstimos:					
ABC (**)					
Debêntures 1ª Emissão (**)					
Debêntures 2ª Emissão (**)					
ECA/Santander (**)					
Referência: IBGE INPC					
Referência: BM&F DI Pre - 90 dias					

(*) Contas a pagar considerado saldo de fornecedores e contas a pagar sobre aquisições de imobilizado.

(**) Considera efeito da taxa fixa dos contratos.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Para minimizar o risco de crédito, os recursos excedentes são aplicados em instituições julgadas pela Administração como de primeira linha (Banco do Brasil e Santander).

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos e a flexibilidade de planejamento de liquidez recorrente.

O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018, com base nos pagamentos contratuais não descontados e com os juros projetados para pagamento:

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

	Até 1 ano	>1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	6.856	-	-	6.856
Obrigações fiscais, trabalhistas e outras	13.403	13.311	-	26.189
Contas a pagar de imobilizado	548	290	-	838
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.920	299.265	-	502.227
	127.727	312.866	-	536.110

19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados. A cobertura da apólice vigente pode ser assim resumida:

	USD (mil)	R\$ (mil)
Bens imóveis (edifícios e instalações) e bens móveis (equipamentos)	30.000	-
Responsabilidade civil	-	30.000
Veículos	-	500
Valor total	30.000	30.500

A suficiência da cobertura de seguros foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.